

Número: 185

Data: 2021.07.23



No título: Vista da cidade da Horta, Faial, Açores.

Foto: Beatriz Domanoski

Destaques:

- [Conferência sobre o futuro da Europa: mais voz para as regiões e parceiros sociais](#)
- [Nova Estratégia Florestal da UE para 2030](#)

Nos próximos dias:

-  [Revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental](#)
-  [Consulta pública sobre “Bioeconomia azul — Rumo a um setor das algas forte e sustentável na UE”](#)



2 de agosto



Revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativo à revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental. A Comissão refere que «todos os cidadãos e organizações são bem-vindos a contribuir para esta consulta. São particularmente solicitadas contribuições de (i) Estados-Membros e respetivas autoridades de concessão de ajuda, (ii)

associações empresariais e empresas que operam no mercado único europeu, (iii) profissionais do direito e da economia, bem como (iv) organizações de consumidores e ambientais.».

11 de agosto



Consulta pública sobre “Bioeconomia azul — Rumo a um setor das algas forte e sustentável na UE”

Segundo a Comissão Europeia, as «algas representam um recurso largamente inexplorado e que pode ser utilizado — com uma pegada ambiental e de carbono limitada — para produzir alimentos para consumo humano, alimentos para animais, produtos farmacêuticos, bioplásticos, fertilizantes e biocombustíveis. Esta iniciativa define a forma como a UE poderá aumentar a produção sustentável, o consumo seguro e a utilização inovadora de algas e de produtos à base de algas, contribuindo assim para a realização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, para a transição para uma UE ecológica, circular e neutra em termos de carbono e para a recuperação na sequência da COVID.».

O [período de apresentação de comentários](#) relativo a esta iniciativa da Comissão Europeia **encerra a 11 de agosto**. Os comentários resultantes serão tidos em conta e irão influenciar a Comunicação da Comissão, que deverá ser publicada no segundo trimestre de 2022.

31 de agosto



Produtos agrícolas – revisão das normas de comercialização da UE

A Comissão lançou uma [consulta pública](#) com o objetivo de recolher opiniões com vista à revisão das normas de comercialização da UE para os produtos agrícolas. As normas de comercialização estabelecem a qualidade dos produtos comercializados junto dos consumidores através de regras obrigatórias ou de menções reservadas facultativas. Baseiam-se em especificações técnicas dos produtos a fim de definir características comerciais uniformes. No caso dos produtos agrícolas, abrangem a frescura ou a classificação por tamanho, a apresentação, a rotulagem, a embalagem, etc., mas as especificações dos produtos podem também incidir sobre os métodos de transformação e de produção. Anunciada na Estratégia do Prato ao Prato, a revisão segue-se a um [processo de avaliação global](#) das normas de comercialização da UE estabelecidas na organização comum de mercado, nas diretivas «pequeno-almoço» e nos atos legislativos da Comissão. A consulta está aberta durante 12 semanas, de 8 de junho a 31 de agosto de 2021.



Consulta “Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2022”

A Comissão Europeia [convida](#) os Estados-Membros, os Conselhos Consultivos, a indústria pesqueira, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados a participar até 31 de agosto numa consulta pública, e a expressar os seus pontos de vista sobre as oportunidades de pesca para 2022. Após a consulta, a Comissão [apresentará](#) no outono as suas propostas de regulamento de Oportunidades de Pesca para 2022 no Atlântico, Mar do Norte e Mar Báltico, assim como no Mar Mediterrâneo e Mar Negro. As propostas têm em conta os planos plurianuais e baseiam-se em pareceres científicos fornecidos pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM) e outros organismos independentes, bem como na análise económica fornecida pelo Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP). As propostas também incorporarão ajustamentos resultantes da implementação da obrigação de desembarque. Finalmente, o Conselho Pescas da União Europeia discutirá as propostas da Comissão e estabelecerá a repartição das possibilidades de pesca.



Agricultura

Reunião dos ministros da agricultura - Aprovação das conclusões sobre a agricultura biológica

Os ministros [expressaram](#) o seu apoio tanto ao Plano de Ação da Comissão Europeia para o desenvolvimento da produção biológica como às conclusões do Conselho sobre este plano. Muitas delegações salientaram uma série de aspetos do plano, incluindo a necessidade de se aumentar a procura de produtos biológicos através da sensibilização dos consumidores e do incentivo às instituições públicas, tais como as escolas, para que forneçam alimentos biológicos nas suas cantinas. Alguns Estados-Membros também destacaram os diferentes pontos de partida dos Estados e a necessidade de se ter em conta estas diferenças.

Ao abrigo da estratégia "Do Prado ao Prato" do Pacto Ecológico Europeu, a Comissão Europeia estabeleceu o objetivo de "pelo menos 25% das terras agrícolas da UE sob agricultura biológica e um aumento significativo da aquicultura biológica até 2030". Para se atingir este objetivo e para que o sector biológico possa ser ajudado a atingir todo o seu potencial, a Comissão Europeia apresentou um Plano de Ação para a produção biológica na UE.

Os ministros discutiram a resposta da UE à Iniciativa dos cidadãos europeus "Fim da Era das Gaiolas". O objetivo desta iniciativa, que recebeu 1,4 milhões de assinaturas de toda a UE, é proibir o enjaulamento de animais de criação tais como galinhas, coelhos, gansos, patos, porcos fêmeas e vitelos. Embora muitas delegações tenham expressado o seu apoio a esta iniciativa, também salientaram que tal medida poderia ter um impacto potencialmente negativo para os agricultores, tanto em termos dos custos da transição como da perda de competitividade face a países não pertencentes à UE. Por conseguinte, solicitaram à Comissão Europeia que efetuasse uma avaliação completa do impacto da iniciativa, bem como um levantamento relativo ao financiamento necessário para uma transição para sistemas produtivos sem gaiolas. Finalmente, salientaram a necessidade de serem aplicadas as mesmas normas de bem-estar animal aos produtos agrícolas importados de países não comunitários. O ministro esloveno da Agricultura, Florestas e Alimentação, Joze Podgoršek, apresentou ontem as prioridades da Presidência na área da agricultura e pescas. Estas prioridades incluem a estratégia florestal da UE, agricultura sustentável e desenvolvimento rural (digitalização, desafios demográficos e o papel das mulheres), melhoria da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar, biodiversidade, e rotulagem de alimentos (incluindo misturas de mel). A Presidência indicou que terá igualmente como objetivo concluir os principais dossiers legislativos em curso, incluindo o regulamento de controlo das pescas e a Reforma da Política Agrícola Comum.



Ambiente

Nova Estratégia Florestal da UE para 2030

As florestas e outras terras arborizadas [cobrem](#) mais de 43,52% do espaço terrestre da UE e são essenciais para a saúde e bem-estar de todos os europeus. Dependemos delas para o ar que respiramos, da água que bebemos, da sua rica biodiversidade e do sistema natural único que são o lar e o habitat para a maioria das espécies encontradas em terra ao redor do mundo. São um lugar para se interagir com a natureza, portanto ajudando a fortalecer nossa saúde física e mental, e são fundamentais para a preservação das áreas rurais prósperas. As florestas há muito que desempenham um papel extremamente importante na nossa economia e sociedade, criando empregos e fornecendo alimentos, medicamentos, materiais, água potável e muito mais. Por séculos, as florestas foram um próspero centro de herança cultural e artesanato, tradição e inovação. Estas são essenciais para o nosso futuro. As florestas são um aliado natural na adaptação e da luta contra as alterações climáticas e irão, ceteramente, desempenhar um papel vital para fazer da Europa o primeiro continente de clima neutro até 2050. A proteção dos ecossistemas florestais também diminui o risco de doenças zoonóticas e pandemias globais. Um futuro saudável para as pessoas, o planeta e a prosperidade, dependem do garante de florestas saudáveis, biodiversas e resilientes em toda a Europa e no mundo. Apesar desse imperativo, as florestas europeias estão sob pressão crescente - em parte como resultado de processos, mas também por causa do aumento da atividade humana e pressões. Embora a área florestal tenha crescido nas últimas décadas graças a processos naturais, florestais, sustentáveis e restauração ativa e, embora isso tenha resultado em várias tendências ascendentes, o estado de conservação da floresta deve ser consideravelmente melhorado, incluindo nos 27% da UE a área de floresta que é protegida e deve ser a mais saudável. A mudança climática continua a afetar negativamente as florestas europeias, particularmente, mas não apenas em áreas com florestas monoespecíficas. A mudança climática também trouxe à luz vulnerabilidades anteriormente ocultas e outras pressões destrutivas, como pragas, poluição e doenças, afetando regimes de incêndios florestais, levando a condições em que a extensão e intensidade dos incêndios florestais na UE irão aumentem nos próximos anos. A perda de cobertura de árvores acelerou na última década, devido ao clima extremo e ao aumento na colheita para diferentes fins económicos. Esta nova Estratégia Florestal da UE visa superar esses desafios e desbloquear o potencial de florestas para o nosso futuro, no pleno respeito pelo princípio da subsidiariedade, os melhores dados científicos disponíveis evidências e requisitos de Melhoria Regulatória. Está ancorado no Pacto Ecológico Europeu e na Estratégia de biodiversidade da UE 2030 e reconhece o papel central e multifuncional das florestas, a contribuição dos silvicultores e de toda a cadeia de valor de base florestal para alcançar até 2050 uma economia sustentável e neutra para o clima, garantindo que todos os ecossistemas sejam restaurados, resilientes e adequadamente protegidos. Esta Estratégia substitui a Estratégia Florestal da UE adotada em 2013 e avaliado em 2018.

Webinar Público "Para um mecanismo europeu de ajuste da fronteira de carbono: Desembalagem da proposta da Comissão Europeia

No programa de trabalho da Comissão para 2021, as revisões e iniciativas relacionadas com as ações climáticas do Acordo Verde Europeu e, em particular, a meta de redução líquida de 55% do plano de metas climáticas [são apresentadas](#) no pacote "Fit for 55". O Acordo Verde Europeu, apresentado na comunicação (COM (2019) 640) de 11 de dezembro de 2019, apresenta uma visão detalhada para tornar a Europa o primeiro continente neutro para o clima até 2050, salvaguardar a biodiversidade, estabelecer uma economia circular e eliminar a poluição, ao mesmo tempo impulsionar a competitividade da indústria europeia e garantir uma transição justa para as regiões e os trabalhadores afetados. Com o anúncio do Acordo Verde Europeu, a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, prometeu apresentar um plano abrangente e responsável para aumentar a meta de redução de emissões da União Europeia para 2030.

3 mil milhões de árvores até 2030

Sob o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia de Biodiversidade da UE [compromete-se](#) a plantar pelo menos 3 mil milhões de árvores adicionais na UE até 2030. Um roteiro da Estratégia Florestal da UE descreve como a Comissão irá facilitar o cumprimento desta mesma promessa. Plantar pelo menos 3 bilhões de árvores adicionais na UE até 2030 deve ser feito em total respeito às questões ecológicas princípios. 3 mil milhões de árvores devem ser plantadas além dessas que seriam plantadas de qualquer forma num cenário de "business as usual".

A Comissão apela a que "Plante e cresça a árvore certa, no lugar certo, e para o propósito certo!" Isso requer longo prazo planeamento e monitorização. Na prática, isso significa plantar a mistura certa de espécies de árvores não apenas em florestas, mas também em sistemas agroflorestais, agrícolas e áreas urbanas. Nenhuma árvore deve ser plantada nas áreas de alto valor natural, como turfeiras, brejos, pântanos, pântanos e pastagens. Encontrando os ambiciosos alvos de plantio precisam de participação ativa e motivação de diferentes atores determinados a não apenas plantar árvores, mas também certificar-se de cuidar das mesmas hora extra. O plantio de árvores também requer sucesso, colaboração de várias partes interessadas de indivíduos, cidadãos, associações, empresas e autoridades públicas.



Competitividade, Coesão e solidariedade interna da UE

Auxílios estatais: Comissão aprova metodologia de cálculo portuguesa proposta para prémios de garantia em empréstimos a micro, pequenas e médias empresas

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, a metodologia portuguesa de cálculo dos prémios de garantia de empréstimos garantidos a micro, pequenas e médias empresas. A metodologia de cálculo servirá às autoridades concedentes para calcular as garantias de preço à taxa de mercado ou para calcular o elemento de auxílio nas garantias para efeitos da aplicação do Regulamento De Minimis ou do Regulamento Geral de Isenção por Categoria. A Comissão avaliou a metodologia ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em particular a Comunicação da Comissão sobre Garantia, que determina se as garantias financeiras constituem ou não um auxílio estatal. A Comissão concluiu que a metodologia está em conformidade com a notificação de garantia; torna o sistema de garantia autofinanciável; garante que não haja subsídio cruzado entre as categorias de rating; leva em consideração uma estimativa realista dos custos administrativos; e proporciona uma remuneração de capital adequada. Além disso, a metodologia garante que os bancos mutuantes não beneficiem da garantia do Estado, ao ligar o prémio da garantia à taxa global de empréstimos.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

Lista UE de terroristas: Conselho renova medidas restritivas de combate ao terrorismo por mais seis meses

No intuito de combater o terrorismo, o Conselho [renovou](#) hoje a chamada lista UE de terroristas, em que figuram os nomes das pessoas, grupos e entidades sujeitos a medidas restritivas. As 14 pessoas e os 21 grupos e entidades incluídos na lista estão sujeitos ao congelamento de fundos e de outros ativos financeiros que detenham na UE. Os operadores da UE estão também proibidos de lhes disponibilizar fundos e recursos económicos. O Conselho tem competência para constituir a lista da UE e impor as medidas restritivas necessárias ao abrigo da Posição Comum 2001/931/PESC e do Regulamento (CE) n.º 2580/2001 do Conselho. O Conselho começou por constituir a lista com o objetivo de implementar a Resolução 1373/2001 do Conselho de Segurança da ONU, adotada na sequência dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. As designações são revistas periodicamente, pelo menos de seis em seis meses, com base num intercâmbio regular de

informações entre os Estados-Membros sobre quaisquer factos e acontecimentos novos relacionados com as inclusões na lista. Este regime de sanções é distinto do regime da UE que dá execução às Resoluções 1267 (1999), 1989 (2011) e 2253 (2015) do Conselho de Segurança da ONU, que visam a Al-Qaeda e o EIL/ Daesh. A UE dispõe também de um regime próprio de sanções que lhe permite, de forma autónoma, aplicar sanções ao EIL/ Daesh e à Al-Qaeda, bem como a pessoas e entidades associadas a estes grupos ou suas apoiantes.

Relações UE-Reino Unido: Comissão propõe projecto de mandato para negociações em Gibraltar

A Comissão Europeia [adoptou](#) hoje uma recomendação de decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações para um acordo UE-Reino Unido sobre Gibraltar. A Comissão apresentou também a sua proposta de directrizes de negociação. Cabe agora ao Conselho aprovar este projecto de mandato, após o qual a Comissão pode iniciar negociações formais com o Reino Unido.

Gibraltar não foi incluído no âmbito do Acordo de Comércio e Cooperação UE-Reino Unido acordado entre a UE e o Reino Unido no final de 2020. A Comissão comprometeu-se a iniciar a negociação de um acordo separado sobre Gibraltar, caso a Espanha o solicite. É por isso que a Comissão recomenda agora ao Conselho que autorize o lançamento de negociações específicas sobre Gibraltar. O Acordo de Comércio e Cooperação Reino Unido-UE excluiu Gibraltar do seu âmbito territorial (Artigo 774 (3)). Em 31 de dezembro de 2020, a Comissão recebeu uma nota do quadro proposto para um instrumento jurídico Reino Unido-UE que estabelece a futura relação de Gibraltar com a UE. Os serviços competentes da Comissão examinaram esta questão em estreita consulta com a Espanha. Com base no quadro proposto e em conformidade com as regras e interesses da União, a Comissão adoptou hoje uma recomendação de decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações para um acordo UE-Reino Unido sobre Gibraltar e apresentou a sua proposta de directrizes de negociação.



Estado de Direito

Estado de Direito em 2021: relatório da UE mostra desenvolvimentos positivos nos Estados-Membros, mas também aponta para sérias preocupações

A Comissão Europeia [publicou](#) hoje o segundo relatório à escala da UE sobre o Estado de Direito, com uma comunicação que analisa a situação na UE como um todo e capítulos específicos por país para cada Estado-Membro. O relatório de 2021 analisa os novos desenvolvimentos desde setembro passado, aprofundando a avaliação das questões identificadas no relatório anterior e levando em consideração o impacto da pandemia COVID-19. Globalmente, o relatório mostra muitos desenvolvimentos positivos nos Estados-Membros, incluindo onde os desafios identificados no relatório de 2020 estão a ser resolvidos. No entanto, subsistem preocupações e, em alguns Estados-Membros, aumentaram, por exemplo no que se refere à independência do poder judicial e à situação nos meios de comunicação. O relatório também destaca a forte resiliência dos sistemas nacionais durante a pandemia COVID-19. Esta pandemia também ilustrou a importância da capacidade de manter um sistema de freios e contrapesos, defendendo o estado de direito.



Economia, Empresas

Processos de infração em julho: a Comissão toma medidas para a aplicação plena, correta e atempada da legislação da União no interesse dos cidadãos e das empresas

Para [ajudar](#) os cidadãos e as empresas a tirar o máximo partido do mercado interno, a Comissão Europeia mantém um diálogo constante com os Estados-Membros que não respeitam o direito europeu e, se necessário, abre processos por infração contra os mesmos. As decisões tomadas, no âmbito das decisões regulares de contrafação, incluem 52 notificações para cumprir. Mais precisamente, existem 51 notificações para cumprir e 1 notificação para cumprir adicional, 31 pareceres fundamentados, incluindo um parecer fundamentado complementar, e 5 recursos para o Tribunal de Justiça da UE ao abrigo do artigo 258.º do TFUE. Encerra também 108 processos pendentes em que o Estado-Membro em causa, em cooperação com a Comissão, resolveu o problema e garantiu o cumprimento do direito da União, pelo que não é necessário recorrer ao Tribunal de Justiça da União Europeia.



Fundos, financiamentos e prémios

Educação: O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia seleciona 23 projetos-piloto para desbloquear o potencial de inovação do ensino superior na Europa

O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia [anunciou](#) 23 consórcios vencedores do convite à apresentação de propostas para a sua nova iniciativa 'Capacitação em Inovação para o Ensino Superior'. A nova iniciativa apoiará Instituições de Ensino Superior com experiência, financiamento e acesso ao ecossistema de inovação do Instituto, a maior rede de inovação da Europa. 135 IES e 140 organizações não acadêmicas de 32 países se beneficiarão da iniciativa, que gerará até € 27,5 milhões de financiamento para apoiar a capacidade de inovação das IES em toda a Europa. Mariya Gabriel, Comissária para a Inovação, Pesquisa, Cultura, Educação e Juventude, disse que "As universidades têm um papel crítico a desempenhar no desenvolvimento e crescimento dos ecossistemas de inovação locais e regionais. Esta nova iniciativa os ajudará a impulsionar as suas capacidades empreendedoras em todos os níveis e desbloquear seu potencial de inovação. Parabéns aos consórcios selecionados por colocarem ideias ousadas e promissoras na mesa, e agora é hora de entrar em ação e torná-las realidade!" 64 consórcios representando cerca de 750 organizações de toda a Europa candidataram-se ao concurso piloto encerrado em maio de 2021. O convite à apresentação de propostas convidou instituições de ensino superior e parceiros locais em toda a Europa a conceber planos de ação a nível de toda a instituição para melhorar a sua capacidade empresarial e de inovação em todos os níveis institucionais. Ao apoiar essas atividades, esta nova iniciativa do EIT criará um impacto sistémico, capacitando as instituições de ensino superior e promovendo o crescimento sustentável e o emprego em toda a Europa. Os projetos selecionados podem receber até 1,2 milhões de euros cada e irão decorrer até julho de 2023. Um segundo convite à apresentação de propostas será anunciado no final de 2021 para projetos que terão início em 2022.



Mar e Pescas

Antártica: Eurodeputados pedem uma solução rápida para proteger as áreas marítimas

As negociações sobre a criação de duas chamadas Áreas Marinhas Protegidas (AMP) na Antártica [foram](#) interrompidas. Num projeto de resolução adotado, os eurodeputados sublinham a necessidade urgente de as partes que estão a negociar no âmbito da Comissão para a Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida (CCAMLR) chegarem a um acordo. O Plenário encorajou a UE a continuar a desempenhar um papel de liderança e a exigir a intensificação dos esforços bilaterais e multilaterais, em particular com os países que se opuseram repetidamente a um acordo. As duas AMP propostas poderiam ter uma dimensão combinada de aproximadamente 3 milhões de km² e criariam uma das maiores áreas de proteção marinha da história, de acordo com o texto. A aprovação destas duas AMP ajudaria a UE a cumprir os seus compromissos de proteção da biodiversidade marinha. Seria também um importante contributo para a dimensão global da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, em que os eurodeputados pretendem proteger legalmente um mínimo de 30% da área marítima da UE até 2030. Além disso, os eurodeputados querem que a UE promova uma dimensão global ambiciosa de igualar ou exceder essa meta. A resolução lembra que a Comissão Europeia prometeu, na sua Estratégia de Biodiversidade para 2030, usar toda a sua influência diplomática e capacidades de divulgação para ajudar a negociar acordos sobre a designação de AMP na Antártica. Exige também que a Comissão e os Estados-Membros fortaleçam a rede de AMP a nível mundial, através de uma gestão melhorada, melhor ordenamento do território, avaliações e fiscalização em cooperação com parceiros globais.

Os oceanos são o maior sumidouro de carbono ativo do mundo. No entanto, a alteração dos ecossistemas marinhos e costeiros e a perda acelerada da biodiversidade marinha estão enfraquecendo sua resiliência, especialmente em ecossistemas remotos e frágeis como a Antártica, que abriga uma biodiversidade extremamente rica e diversificada. Um acordo sobre o estabelecimento das duas AMP no âmbito da CCAMLR poderia ser usado como base nas negociações globais na Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas COP15, realizada em Kunming, China, em outubro de 2021. Já existem negociações em curso nas Nações Unidas para um acordo para proteger a diversidade biológica marinha em áreas fora da jurisdição nacional ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites.

Governança de dados: novas regras para impulsionar o compartilhamento de dados em toda a UE

Os eurodeputados [adoptaram](#) regras para facilitar a disponibilização de mais dados para ajudar na criação de novos produtos e inovação, em particular na Inteligência Artificial. O Comité de Indústria, Pesquisa e Energia adotou na quinta-feira sua posição sobre a Lei de Governança de Dados da UE (DGA), que visa aumentar a confiança no compartilhamento de dados, criar novas regras da UE sobre a neutralidade dos mercados de dados e facilitar a reutilização de certos dados mantidos pelo setor público, por exemplo certos dados sanitários, agrícolas ou ambientais, que anteriormente não estavam disponíveis ao abrigo da Diretiva de Dados Abertos. Facilitar a partilha de dados é também uma condição prévia para desbloquear o potencial da Inteligência Artificial e ajudar as empresas em fase de arranque e as empresas a desenvolverem um ecossistema baseado nas normas e valores da UE.

Os eurodeputados clarificaram o âmbito da legislação, especialmente no que diz respeito aos serviços de intermediação de dados, de forma a garantir que as grandes empresas de tecnologia estão abrangidas pelo quadro. Os organismos do setor público devem evitar a celebração de acordos que criem direitos exclusivos para a reutilização de determinados dados, dizem

os deputados, que propõem limitar os acordos de exclusividade a um período de 12 meses, num esforço para disponibilizar mais dados às PME. Os dados sensíveis do setor público podem ser transferidos para países terceiros apenas quando beneficiam de um nível de proteção semelhante ao da UE. A Comissão irá declarar se um país terceiro fornece essa proteção, através de um ato delegado, que permite ao Parlamento ter uma palavra a dizer sobre a decisão. Os eurodeputados também dizem que os Estados-Membros devem estabelecer sanções para as infrações.

Soberania digital: Comissão dá início a alianças para semicondutores e tecnologias de nuvem industrial

A Comissão Europeia dá o pontapé inicial hoje em duas novas Alianças Industriais: a Aliança para Tecnologias de Processadores e Semicondutores e a Aliança Europeia para Dados Industriais, Edge e Cloud. As duas novas alianças [farão](#) avançar a próxima geração de microchips e tecnologias de computação de ponta / nuvem industrial e fornecerão à UE as capacidades necessárias para fortalecer as suas infraestruturas, produtos e serviços digitais essenciais. As alianças reunirão empresas, representantes dos Estados-Membros, universidades, utilizadores, bem como organizações de investigação e tecnologia. Microchips, incluindo processadores, são tecnologias-chave que alimentam todos os dispositivos eletrônicos e máquinas que usamos hoje. Os chips sustentam uma grande variedade de atividades econômicas e determinam seus níveis de eficiência energética e segurança. Capacidades no desenvolvimento de processadores e chips são cruciais para o futuro das economias mais avançadas de hoje.

A Aliança Industrial em tecnologias de processadores e semicondutores será um instrumento fundamental para promover o progresso industrial na UE nesta área. Identificará e tratará dos gargalos, necessidades e dependências atuais em toda a indústria. Definirá roteiros tecnológicos, garantindo que a Europa tenha a capacidade de projetar e produzir os chips mais avançados, reduzindo suas dependências estratégicas gerais, aumentando sua participação na produção global de semicondutores para 20% até 2030

Comissão busca feedback para melhorar o site do setor público e a acessibilidade de aplicativos móveis

A Comissão [lançou](#) uma consulta pública sobre a revisão da Diretiva Acessibilidade da Web. Desde 23 de junho de 2021, todos os sites e aplicativos móveis do setor público na UE têm a obrigação legal de ser acessíveis a pessoas com deficiência. A última etapa consiste agora em rever a aplicação da diretiva na prática. Para o efeito, a consulta de hoje irá recolher feedback dos cidadãos, especialmente daqueles com deficiência, mas também de empresas, plataformas online, acadêmicos, administrações públicas e todas as outras partes interessadas. A consulta online estará acessível a leitores de ecrã, traduzida em todas as línguas oficiais da UE e disponível numa versão mais curta e fácil de ler para pessoas com deficiências cognitivas. Permanecerá aberto até 25 de outubro de 2021. Os resultados da consulta contribuirão para a revisão e ajudarão a melhorar o impacto da diretiva em tornar acessíveis os sites e aplicativos móveis do setor público.



Instituições e Organismos da UE

Conferência sobre o futuro da Europa: mais voz para as regiões e parceiros sociais

O Conselho Executivo [concordou](#) em atribuir mais assentos no Plenário da Conferência a representantes eleitos regionais e locais, bem como aos parceiros sociais. A sexta reunião do Conselho Executivo da Conferência foi a primeira durante a Presidência Eslovena do Conselho. O Executivo alterou o Regulamento Interno, acrescentando ao Plenário da Conferência seis representantes eleitos das autoridades regionais e seis das autoridades locais. Também concordaram em aumentar o número de representantes dos parceiros sociais em quatro, para um total de 12. Além disso, o Conselho de Administração trocou opiniões sobre o plano de comunicação desenvolvido em conjunto pelo Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão. As três instituições estão empenhadas em continuar a coordenar as suas atividades para impulsionar a participação pública na plataforma digital multilíngue e estimularão outros órgãos, especialmente aqueles que participam da Diretoria e do Plenário a fazerem o mesmo. O Conselho de Administração recebeu uma atualização sobre a organização dos Painéis de Cidadãos Europeus. Discutiram também os métodos de trabalho dos grupos de trabalho do Plenário em que participarão representantes dos respectivos Painéis.

Combater o crime financeiro: Comissão revisa as regras de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

A Comissão Europeia [apresentou](#) um pacote ambicioso de propostas legislativas para reforçar as regras da UE contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (AML / CFT). O pacote inclui também a proposta de criação de uma nova autoridade da UE para combater o branqueamento de capitais. Este pacote faz parte do compromisso da Comissão de proteger os cidadãos da UE e o sistema financeiro da UE contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. O objetivo deste pacote é melhorar a deteção de transações e atividades suspeitas e fechar brechas usadas por criminosos para lavar receitas ilícitas ou financiar atividades terroristas por meio do sistema financeiro. Tal como recordado

na Estratégia da União para a Segurança da UE para 2020-2025, o reforço do quadro da UE para o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo também ajudará a proteger os europeus do terrorismo e do crime organizado. As medidas actuais aumentam significativamente o actual quadro da UE, tendo em conta os desafios novos e emergentes associados à inovação tecnológica. Isso inclui moedas virtuais, fluxos financeiros mais integrados no mercado único e a natureza global das organizações terroristas. Estas propostas ajudarão a criar um quadro muito mais consistente para facilitar o cumprimento para os operadores sujeitos às regras AML/ CFT, especialmente para aqueles ativos transfronteiriços.

Órgão de ética independente: melhorar a transparência e a integridade nas instituições da UE

O novo Órgão [teria](#) por objecivo de iniciar investigações sobre possíveis conflitos de interesses ou casos de “porta giratória” para comissários, deputados e funcionários. Num relatório aprovado pela Comissão de Assuntos Constitucionais na quarta-feira, com 18 votos a favor, 8 contra e 1 abstenção, os eurodeputados expuseram os seus pontos de vista sobre a criação de um Órgão de Ética da UE independente. O novo Órgão de Ética da UE proporá e aconselhará sobre regras de ética para Comissários, deputados e funcionários das instituições participantes, antes, durante e, em alguns casos, após o seu mandato ou emprego. Esse novo Órgão também aumentaria a conscientização e orientaria em questões éticas, além de ter uma função de compliance e assessoramento com a capacidade de emitir recomendações, inclusive sobre conflitos de interesse. Funcionaria em colaboração com as autoridades nacionais e outros organismos e agências competentes da UE, como o OLAF e a EPPO. Aplicaria uma definição uniforme de "conflito de interesses", a ser definido como um conflito entre o dever público (ou seja, responsabilidade profissional e oficial) e interesses privados, em que o funcionário público ou tomador de decisões tem interesses privados que poderiam influenciar indevidamente o desempenho das atividades e decisões sob sua responsabilidade. Os eurodeputados propõem um acordo interinstitucional para criar o novo órgão do Parlamento e da Comissão, que estará aberto a todas as instituições, agências e organismos da UE.

O Órgão de Ética da UE deve ter o direito de iniciar uma investigação com base em informações recebidas de terceiros, como jornalistas, ONG, denunciante ou o Provedor de Justiça Europeu - utilizando o anonimato, se necessário. Embora o dever de decidir sobre os conflitos de interesses dos Comissários indigitados antes das audiências continue a ser da competência da Comissão dos Assuntos Jurídicos, o órgão de ética proposto deve ter acesso a documentos administrativos para ajudar a comissão a decidir. O trabalho do órgão também seria complementar ao direito de inquérito do Parlamento. O órgão deve ser composto por nove membros, três cada um pela Comissão e pelo Parlamento, e três de entre ex-juizes do TJUE, ex-membros do Tribunal de Contas e ex-Provedores de Justiça da UE. Os ex-deputados e comissários não deveriam representar mais de um terço dos membros, que seriam renovados por um terço de dois em dois anos.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2021](#) e para [2022](#).



Em aberto



Procura emprego nas instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o Az@Brx?

O Az@Brx é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em Português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o Inglês, o Francês e o Castelhana. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – [Perguntas e Respostas](#) | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

[Conheça a nossa Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!